

Crescimento das ações reforça importância do apoio técnico do NatJus para equilibrar acesso a tratamentos, sustentabilidade e respeito às normas regulatórias



A judicialização da Saúde Suplementar segue em forte expansão no Brasil, gerando impactos para operadoras, beneficiários e para o próprio Judiciário. O tema foi destaque na palestra “*NatJus na Saúde Suplementar*”, ministrada pela diretora jurídica da CNseg, Glauce Carvalho, em evento promovido pelo Instituto Consenso, em agosto.

Entre 2021 e 2025, o número de novos processos aumentou 132%, passando de 148 mil para mais de 343 mil ações. Em 2026, até agosto, já haviam sido registradas mais de 181 mil demandas, superando, pela primeira vez, os processos relacionados à saúde pública (164,8 mil). O impacto financeiro estimado da judicialização ultrapassa R\$ 23 bilhões.

Glauce Carvalho citou dados de estudo coordenado pelo professor Daniel Wang (FGV/SP). Segundo o estudo, a principal causa dos litígios é a negativa de cobertura assistencial, responsável por cerca de 58% das decisões analisadas no Tribunal de Justiça de São Paulo. Entre os temas mais judicializados estão tratamentos fora do rol da ANS, medicamentos *off label*, home care, transtornos do desenvolvimento, reajustes e questões contratuais.

O levantamento aponta ainda que cerca de 80% das ações de primeira instância sobre cobertura assistencial têm decisões favoráveis aos autores. Outro ponto de atenção é que 67% das liminares são concedidas sem ouvir a parte contrária, muitas vezes sem apoio técnico especializado.

Nesse contexto, ganha relevância o Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NatJus), responsável por fornecer pareceres científicos aos magistrados. Desde a decisão do STF na ADI 7265, em 2025, passou a ser exigida a consulta prévia ao NatJus, sempre que disponível, antes da

determinação de coberturas fora do rol da ANS.

A medida impulsionou o uso da ferramenta: o número de notas técnicas cresceu 97% entre 2023 e 2025, chegando a mais de 135 mil pareceres. Para 2026, a projeção é de cerca de 150 mil análises.

Apesar dos avanços, desafios permanecem, especialmente na concessão de liminares antes da avaliação técnica. Entre as melhorias sugeridas estão a padronização dos pareceres, respostas mais rápidas para casos urgentes, produção de referências para temas recorrentes e ampliação da participação de especialistas.

Para Glauce Carvalhal, o fortalecimento do NatJus é essencial para equilibrar acesso ao tratamento, segurança do paciente, sustentabilidade econômica e respeito às normas regulatórias, contribuindo para decisões mais fundamentadas e maior segurança jurídica no setor.

Fonte: CNseg, em 04.09.2026